



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 157/2024.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço para a aquisição de câmeras de segurança, materiais correlatos e Internet/Intranet, incluso mão de obra para instalação e horas técnicas para serviços, a serem solicitados conforme necessidade pelo período de 12 meses no município de Bandeirantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

EM CASO DE DIVERGÊNCIA NA DESCRIÇÃO DO ITEM ENTRE COMPRAS.GOV E EDITAL, CONSIDERAR AS DESCRIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL							
LOTE:01			MATERIAL E MANUTENÇÃO				
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT /CATSER	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
01	CABO TIPO LAN DUPLA CASA BLINDADO 100% COBRE (EM METROS)	383076	METROS	100	R\$ 654,79	R\$ 65.479,00	
ITEM CANCELADO							
02	CAIXA PLÁSTICA MODELO VBOX 1100	425250	UND	01	R\$ 21,38	R\$ 21,38	
03	CAIXA STEK PROTETOR PARA CONECTORES	462812	UND	06	R\$ 52,53	R\$ 315,18	
04	CÂMERA IP INTELBRAS VIP 5450 Z A MP	473695	UND	01	R\$ 3.250,97	R\$ 3.250,97	
05	CAMERAS SPEED DOME INTELBRAS VIP 5220 SD IR	479532	UND	01	R\$ 5.262,36	R\$ 5.262,36	
06	CONECTOR P4 MACHO	399894	UND	06	R\$ 5,33	R\$ 31,98	
07	CONECTOR RJ45 CAT5E	372485	UND	15	R\$ 12,08	R\$ 181,20	
08	CONVERSOR DE FIBRA	374361	UND	03	R\$ 360,84	R\$ 1.082,52	
09	FONTE 12V 2 A	293390	UND	01	R\$ 37,25	R\$ 37,25	
10	FONTE 12V 3 A	433822	UND	01	R\$ 93,56	R\$ 93,56	
11	FONTE 12V 5 A	254529	UND	01	R\$ 105,46	R\$ 105,46	
12	FONTE 24 V 3 A	476647	UND	01	R\$ 106,07	R\$ 106,07	
13	FONTE/INJETOR 12 VDC/POE (802.3AF)	604286	UND	01	R\$ 176,24	R\$ 176,24	
14	HD 6TB	465003	UND	01	R\$ 1.514,35	R\$ 1.514,35	
15	NOBREAK	318896	UND	01	R\$ 1.316,05	R\$ 1.316,05	
16	NVR INTELBRAS 32 CANAIS	311020	UND	02	R\$ 2.826,08	R\$ 5.652,16	
17	PROTETOR PARA CÂMERA	456428	UND	05	R\$ 43,77	R\$ 218,85	
18	SWITCH 8 PORTAS LAN GIGABIT	464048	UND	01	R\$ 157,78	R\$ 157,78	
19	SWITCH 5 P FAST COM 4 POE + SF 500 POE	261091	UND	01	R\$ 354,27	R\$ 354,27	
20	TOMADA DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS ELETRICOS	406268	UND	04	R\$ 33,58	R\$ 134,32	
21	CÂMERA IP INTELBRAS LPR	480918	UND	04	R\$ 6.648,47	R\$ 26.593,88	
22	INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO 12 MESES	15792	UND	12	R\$ 4.811,36	R\$ 57.736,32	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

VALOR TOTAL: R\$ 104.342,15						
LOTE:02			INTERNET/INTRANET			
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	PONTO CONCENTRADOR *CENTRAL DE MONITORAMENTO DAS CAMERAS COM 500MBPS SIMETRICO (UPLOAD E DOWNLAND) FORNECIDOS VIA FIBRA OPTICA	4740	UND	1	R\$ 5.015,84	R\$ 5.015,84
24	PONTOS COM 60MBPS SIMETRICO (UPLOAD E DOWNLOAD) FORNECIDOS VIA FIBRA ÓPTICA.	4740	UND	16	R\$ 1.058,73	R\$ 16.939,68
25	PONTOS SUPLEMENTARES COM 60 MBPS SIMETRICO (UPLOAD E DOWNLOAD) FORNECIDOS VIA FIBRA ÓPTICA E PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS.	125563	UND	16	R\$ 606,95	R\$ 9.711,20
26	CONFIGURAÇÃO VLAN/INTERNET PARA QUE TODOS OS PONTOS SE CONECTEM DE MANEIRA LOCAL.	26344	UND	16	R\$ 710,63	R\$ 11.370,08
VALOR TOTAL: R\$ 43.036,80						

**OBS: SOMENTE SERÃO OBJETO DE COBRANÇA OS PONTOS ATIVOS.
OS EQUIPAMENTOS PARA GERENCIAR A REDE DEVERÃO SER FORNECIDOS PELO CONTRATADO.**

1.1. VALOR TOTAL R\$ 147.378,95 (cento e quarenta e sete mil e trezentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos)

1.2.O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura e publicação do contrato na forma do artigo 404 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, podendo conter cláusulas de prorrogação caso seja necessário.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. LOCAIS

1.6.1. MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE LEITURA DE PLACAS DE VEÍCULOS:

Nas 04 Principais Saídas da Cidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ITEM	REFERÊNCIA	QTD
01	Rodovia Dep. Dino Veiga (Em frente a Zena Plast) Saída Para Itambaracá-Pr.	01
02	Rodovia Dep. Dino Veiga (Próximo a Integrada) Saída para Abatiá- Pr .	01
03	Rua Sebastião do Nascimento x Br 369 (próximo ao condomínio Empresarial) Saída Para Santa Mariana-Pr	01
04	Avenida Azarias Vieira de Rezende (sentido Uenp) Saída Para Andirá-Pr.	01

1.6.2. DEMAIS MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO

ITEM	REFERÊNCIA
01	R. Eurípedes Rodrigues, 1107 - Bandeirantes (CENTRAL DE MONITORAMENTO)
02	Av. Bandeirantes, 610 - Centro
03	Av. Bandeirantes, 864 - Centro
04	Av. Bandeirantes, 751 - Centro
05	Av. Bandeirantes, 958
06	Av. Comendador Luíz Meneghel, 127 - Centro
07	Av. Comendador Luíz Meneghel, 230
08	Av. Comendador Luíz Meneghel, 333
09	Av. Comendador Luíz Meneghel, 445
10	Av. Comendador Luíz Meneghel, 554
11	Av. Comendador Luíz Meneghel, 681



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

12	Av. Edelina Meneghel Rando, 384
13	R. Pref. José Mario Junqueira, 140
14	R. Eurípedes Rodrigues, 1010
15	R. Presbítero Francisco Nogueira, 385
16	Rua Francisca Álvares Morilha, 15
17	Rua Joaquim Carreira, 61
18	Rua Carmelo Comegno, 837
19	Av João da Silva Cravo, 370
20	Rua Ciríaco Russo ,14
21	Rua José Pedro, 42

1.6.3. LOCAIS DE INTERNET/INTRANET

ITEM	REFERÊNCIA
01	R. Eurípedes Rodrigues, 1107 - Bandeirantes (CENTRAL DE MONITORAMENTO)
02	Av. Bandeirantes, 610 - Bandeirantes
03	Av. Bandeirantes, 751 - Centro
04	Av. Bandeirantes, 864 - Centro



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

05	Av. Bandeirantes, 958 - Bandeirantes
06	Av. Comendador Luíz Meneghel, 127 - Centro
07	Av. Comendador Luíz Meneghel, 230 - Bandeirantes
08	Av. Comendador Luíz Meneghel, 333 - Bandeirantes
09	Av. Comendador Luíz Meneghel, 445 - Bandeirantes
10	Av. Comendador Luíz Meneghel, 554 - Centro
11	Av. Comendador Luíz Meneghel, 681 - Centro
12	Av. Edelina Meneghel Rando, 384 - Bandeirantes
13	R. Pref. José Mario Junqueira, 140 - Bandeirantes
14	R. Eurípedes Rodrigues, 1010 - Bandeirantes
15	R. Presbítero Francisco Nogueira, 385 - Bandeirantes
16	Rua Francisca Álvares Morilha, 15 - Bandeirantes
17	Rua Joaquim Carreira, 61
18	Rua Carmelo Comegno, 837
19	Av João da Silva Cravo, 370
20	Rua Ciríaco Russo ,14
21	Rua José Pedro, 42
22	Rodovia Dep. Dino Veiga (Em frente a Zena Plast) Saída Para Itambaracá-Pr.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

23	Rodovia Dep. Dino Veiga (Próximo a Integrada) Saída para Abatiá- Pr .
24	Rua Sebastião do Nascimento x Br 369 (próximo ao condomínio Empresarial) Saída Para Santa Mariana-Pr
25	Avenida Azarias Vieira de Rezende (sentido Uenp) Saída Para Andirá-Pr.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *Justificamos nossa solicitação para realização de processo, visando a **AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA, MATERIAIS CORRELATOS E INTERNET/INTRANET, INCLUSO MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E HORAS TÉCNICAS PARA SERVIÇOS, A SEREM SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE PELO PERÍODO DE 12 MESES NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES ATENDIDAS PELA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO.** Com a exposição dos seguintes argumentos que tornam necessária a solicitação em questão:*

Continuamente a Prefeitura Municipal de Bandeirantes – PR recebe reivindicações e apelos em relação a segurança das vias públicas e de órgãos públicos. Essas solicitações são provenientes dos cidadãos, turistas, comerciários, empresários e servidores públicos que atuam no município. As constantes solicitações com relação à segurança pública municipal sempre resultam na exigência da manutenção implantação de um sistema de vídeo monitoramento e vigilância. Sabe-se que o município se tornou polo turístico do norte pioneiro e vêm sofrendo com os recentes casos de roubos, furtos, vandalismos e depredações que são praticados contra os cidadãos, contra os estabelecimentos comerciais, patrimônios privados e públicos. Todos esses fatos geram um enorme transtorno para a todos e um problema a ser resolvido pela segurança pública municipal.

A implementação deste projeto de videomonitoramento se faz necessária para reforçar o patrulhamento ostensivo nas vias urbanas do município. Notório que a segurança pública em uma cidade que não possui GCM é realizada pelas forças de segurança do estado, porém os recursos humanos de policiamento, atualmente disponíveis no paraná, são insuficientes para garantir uma cobertura efetiva, o que resulta em significativas lacunas na segurança pública e cria dificuldades no combate e elucidação na criminalidade. A ausência de um sistema de videomonitoramento contribui para a ocorrência de delitos, uma vez que a resposta das forças de segurança é limitada pela falta de informações precisas e em tempo real.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

A presença de câmeras de leitura de placas permitirá a identificação de veículos suspeitos ou envolvidos em infrações, facilitando o trabalho das autoridades e permitindo uma resposta rápida e eficaz nas situações de emergência. Além disso, o videomonitoramento constante fornecerá dados valiosos para a análise e planejamento das ações de segurança, ajudando a analisar padrões de comportamentos criminosos e áreas de maior vulnerabilidade

Além disso, o sistema auxiliará diretamente nas investigações criminais, fornecendo dados precisos e imagens que podem ser utilizados como evidências, melhorando a eficiência das forças de segurança na elucidação de crimes e na aplicação da justiça.

Com a solução proposta, espera-se uma significativa redução nos índices de criminalidade, especialmente nos crimes de roubo e furto de veículos e de estabelecimentos comerciais, crimes de danos, contrabando e tráfico de entorpecentes. A presença de um sistema robusto de videomonitoramento e leitura de placas e a manutenção das existentes permite não apenas a prevenção desses crimes, mas também facilita a identificação e captura dos responsáveis, aumentando assim o índice de resolução criminal.

Destarte, a contratação dos serviços mencionados é essencial para fortalecer a segurança do município, proteger os cidadãos e seus bens, e contribuir para um ambiente mais seguro e controlado.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024], publicado no Diário Oficial Eletrônico no dia 28 de dezembro de 2023, página 60.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 Trata-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos nos documentos de contratação por meio de especificações usuais no mercado. A descrição da solução apresenta-se técnica e economicamente viável, A opção escolhida para o projeto foi a aquisição dos equipamentos de videomonitoramento e leitura de placas, juntamente com a contratação de um serviço de manutenção para um período de 1 ano e aquisição de Internet/Ethernet. Esta decisão foi baseada em uma análise detalhada das alternativas disponíveis, levando em consideração fatores como controle, custo-benefício e sustentabilidade a longo prazo.

A aquisição dos equipamentos foi escolhida para garantir a propriedade e controle direto sobre o hardware utilizado. Esta opção foi considerada devido aos seguintes motivos:

1. Controle Total: A posse dos equipamentos oferece maior controle sobre a utilização, manutenção e eventual substituição dos dispositivos. Isso permite uma gestão personalizada, ajustada



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

as necessidades específicas do município, e uma resposta mais ágil em caso de falhas ou necessidade de upgrades.

2. **Infraestrutura Permanente:** A aquisição garante que a infraestrutura de segurança permaneça como um ativo do município. Este fator é crucial para a integração futura com outros sistemas de segurança pública e projetos de expansão, possibilitando uma estratégia de longo prazo para a segurança da comunidade.

3. **Eficiência Econômica:** A longo prazo, a aquisição dos equipamentos se mostra mais econômica do que opções de leasing ou aluguel, que poderiam implicar em custos recorrentes e a dependência de terceiros para a substituição de equipamentos.

Destarte, a escolha pela aquisição dos equipamentos, juntamente com a contratação de um serviço de manutenção por um ano e Internet, revela-se a alternativa mais vantajosa para o município. Esta estratégia não só oferece controle total e autonomia sobre a infraestrutura de segurança, como também garante que os equipamentos permaneçam como ativos permanentes, integráveis em futuros projetos de segurança. A manutenção regular assegura a operação contínua e eficiente do sistema, prevenindo falhas e otimizando os custos a longo prazo. Em resumo, esta abordagem combina controle, sustentabilidade e eficiência econômica, alinhando-se aos objetivos de segurança pública do município e garantindo benefícios duradouros para a comunidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos itens é o especificado na Ordem de Fornecimento ou empenho, em remessa parcelada no seguinte endereço: Rua Frei Rafael Proner, 1457, Centro, ou conforme endereço a serem informados juntamente com o empenho ou solicitação de fornecimento. Horário de recebimento: das 08:00 às 11:00 das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira.

5.1.2. O prazo de entrega dos produtos é de até 10 (dez) dias úteis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.4. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos imediatamente pelo mesmo item ou outro constante neste Termo de Referência, às custas do fornecedor, desde que autorizado pelo fiscal de contrato.

5.1.5. Os bens serão recebidos definitivamente no ato da entrega após a verificação da qualidade e quantidade.

5.1.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.1.7. A Ordem de Fornecimento será expedida pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico, na qual constará as quantidades a serem entregues.

5.1.8. As entregas devem ocorrer em dias úteis, conforme informado no item 5.1.1.

5.2 Dos serviços:

5.2.1 Os serviços contratados deverão estar rigorosamente executados de acordo com as normas e especificações a seguir explicitadas.

5.2.2 Ficará o ganhador do certame obrigado a refazer os trabalhos que eventualmente venham a ser rejeitados, ficando por sua conta exclusiva as despesas desses serviços, jamais acarretando ônus ao Município.

5.2.3 Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna, bem como atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução dos serviços;

5.2.4 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, especialmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;

5.2.4 Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, veículos e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional a Administração Municipal.

5.2.5 Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seus prepostos, podendo a Contratante solicitar a substituição de qualquer técnico cuja permanência seja, a critério da Contratante, considerada inadequada na área de trabalho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

5.2.6 Zelar para que seus prepostos envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados;

5.2.7 A Contratada deverá fornecer à Contratante todos os dados necessários para configuração dos equipamentos de cada localidade, para o correto funcionamento do acesso;

5.2.8 Disponibilizar a implantação e/ou o serviço em no máximo 30 (trinta) dias úteis contados a partir da solicitação feita pelo Contratante.

5.2.9 A contratada deverá disponibilizar Central de Atendimento com suporte técnico 24h por dia;

5.2.10 A contratada deverá assegurar o tratamento sigiloso e o respeito aos direitos de propriedade sobre todos os dados, informações, software e sistemas informatizados em uso na contratante, sendo proibida a extração de cópia, reprodução, publicação, divulgação, cessão gratuita ou onerosa, ou qualquer outra forma de disposição não autorizada de domínio, total ou parcial, direta ou indiretamente, em benefício próprio ou de terceiros.

5.2.11 A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e pessoas Ligadas às atividades da obra (EPI), observadas as normas e leis em vigor.

5.2.12 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados.

5.2.13 A demissão de qualquer colaborador não terá em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a Contratante, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

5.2.14 Apresentar os nomes e números de telefones do (s) técnico (s) responsável (s) pelo serviço.

5.2.15 A Contratada deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;

5.2.16 Não ultrapassar o horário de funcionamento da Repartição Pública, salvo em comum acordo entre a Contratada e o Responsável do local do serviço.

5.2.17 As despesas com deslocamento dos técnicos até o local de execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada.

5.2.18 Os serviços prestados deverão possuir garantia mínima de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

5.2.19 A Contratada será responsável por todo e qualquer dano ocorrido nos acabamentos dos ambientes, decorrentes dos seus trabalhos ou do seu pessoal, fazendo às suas custas, toda a recuperação necessária. As instalações provisórias, assim como qualquer material, equipamento ou ferramenta deverão ser retiradas da obra. O local deverá ficar livre e desimpedido de qualquer entulho decorrente do serviço, sendo os acessos cuidadosamente limpos e varridos.

5.2.20 A destinação dos materiais defeituosos, danificados, queimados, etc.; será devolvido a SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

5.2.21 Acerca do nível de serviço SLA, fica estabelecido como 24 (vinte e quatro) horas o prazo de atendimento pela empresa e 48 (quarenta e oito) horas o prazo para solução.

5.3 dos materiais:

5.3.1 Todos os materiais a serem empregados na obra deverão atender às condições e especificações do presente memorial descritivo e ser de 1ª qualidade, e devem atender as todas as normas técnicas vigentes; e possuir o selo do INMETRO; quando for o caso.

5.3.2 A empresa se responsabilizará pela qualidade de todo material fornecido.

5.3.3 Todos os elementos, que eventualmente dependam de especificações de terceiros ou de modificações de detalhes, deverão ser apresentados A Secretaria do Desenvolvimento Econômico para a sua aprovação.

5.3.4 É de responsabilidade da empresa fornecedora a garantia dos produtos fornecidos, bem como as despesas oriundas de sua substituição

5.4 Da Limpeza Geral:

5.4.1 O local onde será realizada a manutenção/serviço deverá estar sempre organizado, com a limpeza de restos de fios, fitas, pedaços de material, etc., bem como ser mantido bem sinalizado conforme normas vigentes, para evitar acidentes.

5.4.2 O local do serviço, após sua conclusão, deverá estar completamente limpo de modo a permitir o seu uso imediato.

5.4.3 Antes da entrega, deverá ser procedida uma vistoria completa pelo (a) responsável do setor, a fim de se verificar o seu estado e conclusão.

5.5 Da Qualificação Técnica

5.5.1 Os interessados em participar da licitação deverão apresentar para sua “habilitação” referente à qualificação técnica um ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA fornecido por pessoa jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

de direito público ou privado comprovando que a empresa proponente já executou ou está executando serviços equivalente com o objeto da licitação, contendo manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços prestados, atestando que os serviços foram prestados satisfatoriamente e que não consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da contratada.

5.5.2. Certidão de registro da licitante e do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou conselho, seja técnico ou não, pertinente.

5.5.2.1. Além disso, comprovação de possuir, no quadro de funcionários, pelo menos um profissional detentor de curso NR35 de serviços em altura.

5.5.3 comprovar o vínculo do (s) responsável (is) técnico (s)

5.5.4 Cópia do Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;

5.5.5 Cópia de Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o preponente

5.5.6 Possui Responsável Técnico, Engenheiro ou Profissional com atribuições correlatas ao objeto do certame, com respectivo registro em seu Conselho de Classe.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos conforme portaria de nomeação.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão processante ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.12. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice, caso seja o contrato prorrogado e sua execução/vigência exceda o prazo estipulado neste edital, o preço poderá ser revisado segundo o índice INPC, IPCA ou outro que apresente mais vantajosidade para a administração pública, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade., com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. As Câmeras serão recebidas provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. As Câmeras e equivalentes poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e no ETP, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 8 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto e instalações os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor para fins de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. Abertura de processo para Registro de Preço no qual o fornecedor será selecionado por meio de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 147.378,95 (cento e quarenta e sete mil e trezentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos)**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIAS	DESPESA/ FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	425/0000	13.001.22.661.2201.2161.4.4.90.52.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	422/0000	13.001.22.661.2201.2161.3.3.90.39.00	

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

I. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, veículos e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional a Administração Municipal.

II. Responsabilizar-se pelo bom comportamento se seus prepostos, podendo a Contratante solicitar a substituição de qualquer técnico cuja permanência seja, a critério da Contratante, considerada inadequada na área de trabalho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- III. Zelar para que seus prepostos envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados;
- IV. Orientar o Contratante quanto ao melhor uso dos equipamentos;
- V. Manter técnicos habilitados em serviço;
- VI. Ter responsabilidade técnica pelos serviços realizados;
- VII. Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna, bem como atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução dos serviços;
- VIII. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, especialmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
- IX. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato inclusive ART ou TRT;
- X. Executar os serviços conforme o estabelecido no Contrato e de acordo com as necessidades do Contratante, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- XI. Executar os serviços com equipamentos e vestuário apropriados, respeitando as normas referentes à segurança e acidente do trabalho;
- XII. O local onde será realizado o serviço deverá estar sempre organizado, com a limpeza de restos de materiais, etc., bem como ser mantido bem sinalizado conforme normas vigentes, para evitar acidentes.
- XIII. O local do serviço, após sua conclusão, deverá estar completamente limpo de modo a permitir o seu uso imediato.
- XIV. Antes da entrega, deverá ser procedida uma vistoria completa pela Secretaria ou Departamento solicitante do serviço, a fim de se verificar o seu estado final.
- XV. As instalações provisórias, assim como qualquer material, equipamento ou ferramenta deverão ser retiradas do local do serviço. O local deverá ficar livre e desimpedido de qualquer entulho decorrente do serviço, sendo os acessos cuidadosamente limpos e varridos.
- XVI. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XVII. A demissão de qualquer colaborador não terá em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a Contratante, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

XVIII. Apresentar sugestões que viabilizem a melhoria, expansão ou adequação do sistema e seus componentes, devendo o acatamento ser de responsabilidade da Contratante;

XIX. Apresentar os nomes e números de telefones do (s) técnico (s) responsável (s) pelo serviço.

XX. A Contratada deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;

XXI. Não ultrapassar o horário de funcionamento da Repartição Pública, salvo em comum acordo entre a Contratada e o Responsável do local do serviço.

XXII. Apresentar contato para solicitação de orçamento nas três plataformas, e-mail, telefone e aplicativo WhatsApp.

XXIII. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XXIV. Todos os elementos, que eventualmente dependam de especificações de terceiros ou de modificações de detalhes, deverão ser apresentados A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO para aprovação.

XXV. Após termino do serviço, emitir vistoria assinado pelo responsável técnico da contratada.

12. DAS GARANTIAS

12.1. Substituir os materiais que apresentarem defeitos durante o período de garantia estipulados na planilha sem ônus ao município, como locomoção e hora técnica dos funcionários da contratada.

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir o material, no total ou em parte, objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço, ficando por sua conta exclusiva as despesas desses serviços, jamais acarretando ônus ao Município.

12.3. A Contratada será responsável por todo e qualquer dano ocorrido nos acabamentos dos ambientes, decorrentes dos seus trabalhos ou do seu pessoal, fazendo às suas custas, toda a recuperação necessária

12.4. É de responsabilidade da Contratada a locomoção de seus funcionários até o local solicitado para VISTORIA TÉCNICA, sem ônus a contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

12.5. É de responsabilidade da Contratada a locomoção de seus funcionários até o local do serviço a ser executado, sem ônus a contratante.

Bandeirantes, 05 de novembro de 2024.

ROBERTO DE CASTRO JÚNIOR
Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico e Turismo